

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.286 - SP (2019/0073600-3)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : DANIEL ROSALEN  
**AGRAVANTE** : SERGIO BELATTI  
**ADVOGADOS** : MARIA APARECIDA MAGALHÃES GUEDES ALVES - SP244749  
THIAGO LUIZ EMANUEL MAYER CASARINI - SP368401  
**AGRAVADO** : ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : LUIZ FERNANDO SALVADO DA RESSUREICAO - SP083480  
ANA CARLA MALHEIROS RIBEIRO - SP181735

## **EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POLICIAL MILITAR ESTADUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INCORPORAÇÃO DO ADICIONAL DE LOCAL DE EXERCÍCIO AO SALÁRIO-BASE. DIREITO RECONHECIDO, EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. AVISO DE COBRANÇA DAS PARCELAS RELATIVAS AO PERÍODO ANTERIOR À IMPETRAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DEU PELA PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO. ALEGADA INFRINGÊNCIA DOS ARTS. 1º E 9º DO DECRETO 20.910/32. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. Trata-se, na origem, de Ação Ordinária de Cobrança, proposta por Daniel Rosalen e outro, em desfavor da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, objetivando a procedência de a Ação de Cobrança para condenar a requerida FESP a pagar aos requerentes as prestações pretéritas/vencidas, a serem liquidadas oportunamente, relativamente ao quinquênio anterior à data da impetração(junho/2012/2007) do Mandado de Segurança Coletivo 0027112-62.2012.8.26.0053/72VFP nos termos do Acórdão Recursal provido da Câmara de Direito Público que condenou a requerida FESP a incorporar, para todos os fins legais, o Adicional de Local de Exercício(ALE) no salário-base com incidência do RETP, Quinquênios e Sexta-parte que compõe os vencimentos do requerente, respeitada a prescrição quinquenal, com juros a contar da Notificação da Autoridade Coatora no MS e correção monetária pelo IPCA-E". O acórdão recorrido deu pela prescrição do direito de ação.

III. Por simples cotejo das razões recursais e dos fundamentos do acórdão recorrido, percebe-se que a tese recursal de inoccorrência de prescrição da pretensão autoral, porquanto o prazo prescricional, quando interrompido, na primeira metade do prazo, não ficaria reduzido aquém de cinco anos, nos moldes da Súmula 383 do STF, vinculada aos

# Superior Tribunal de Justiça

dispositivos tidos como violados – arts. 1º e 9º do Decreto 20.910/32 –, não foi apreciada, no voto condutor, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem, incidindo o óbice da Súmula 211/STJ.

IV. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017). Hipótese em julgamento na qual não se alegou, no apelo nobre, contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015.

V. Do mesmo modo, é firme o entendimento no âmbito desta Corte no sentido de que "o simples fato de o Tribunal *a quo* ter declarado como prequestionados os dispositivos, a fim de viabilizar o acesso à instância superior, não é suficiente para a admissão do recurso. Isso porque, para que se tenha por atendido o requisito do prequestionamento, não basta que a Corte de origem dê por prequestionado o dispositivo, é indispensável também a emissão de juízo de valor sobre a matéria" (STJ, AgRg no REsp 1.344.881/RS, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/02/2013), bem como que "a mera menção, no relatório do acórdão recorrido, da tese apresentada no recurso especial, não é suficiente para cumprir o requisito do prequestionamento. É necessário que a questão federal a ser apreciada pelo STJ tenha sido efetivamente decidida pelo Tribunal *a quo* (art. 105, III, da CF)" (STJ, AgInt no AREsp 1.170.808/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 24/04/2018).

VI. Agravo interno improvido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora

